



DEMANDAS PRIORITÁRIAS DE POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL E DA BACIA AMAZÔNICA

Aos Governos do Brasil e da Bacia Amazônica, à Presidência Brasileira da COP30 e à Comunidade Filantrópica Internacional¹

Contexto

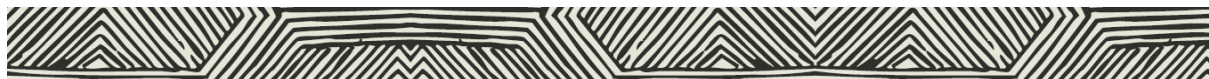
A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a sociedade civil do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), representantes legítimos de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, e o G9 da Amazônia Indígena, apresentam este documento de demandas prioritárias visando ações relevantes e eficientes para a governança climática global, nacional e local, no contexto preparatório para a COP30, a elaboração de Planos Climáticos nacionais e para outros fóruns relacionados.

Nós, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTs) do Brasil e da Bacia Amazônica, somos desproporcionalmente afetados pelos efeitos da crise climática, apesar de nossos territórios conservarem 80% da biodiversidade global e serem fundamentais para a mitigação e adaptação às mudanças do clima. Nossos modos de vida tradicionais, baseados em conhecimentos ancestrais, representam soluções efetivas para a crise planetária, mas seguimos excluídos dos espaços de decisão que determinam o futuro de nossos territórios e existências.

A insegurança territorial é uma das maiores ameaças que enfrentamos. Milhares de territórios indígenas e tradicionais aguardam demarcação, reconhecimento ou titulação, enquanto a grilagem de terras, a mineração ilegal, os impactos do desmatamento, do avanço do agronegócio, da exploração de combustíveis fósseis, da construção de hidrelétricas e todas as formas de exploração se intensificam. Essa violência, a violação sistemática de direitos e o racismo ambiental não apenas colocam em risco nossas vidas e culturas, mas também comprometem a conservação dos ecossistemas que regulam o clima global.

Além disso, o financiamento climático não chega de forma justa às nossas comunidades. Apenas 0,3% dos recursos globais destinam-se diretamente a PIPCTs, e as barreiras burocráticas impedem nosso acesso a fundos essenciais para a proteção territorial e a implementação de projetos sustentáveis. A existência de diversos fundos autogeridos por PIPCTs pode servir como inspiração para o financiamento direto, assim como para a criação de novos mecanismos de financiamento. Mecanismos como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) frequentemente ignoram a diversidade de biomas e comunidades, reduzindo nossas terras e florestas a meros ativos de mercado, sem garantir direitos fundamentais.

¹ Sobre este documento: Lista de demandas elaborada no **Encontro Regional de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais rumo à COP30**, realizado de 23 a 25 de abril de 2025 em Brasília, com objetivo de servir como insumo para trabalhos de incidência em preparação e durante a conferência de Bonn em junho e a COP30 em novembro de 2025. Este documento é suplementar à **Declaração do Encontro Regional de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e da Bacia Amazônica rumo à COP30**, que foi apresentada aos representantes do governo brasileiro e da Presidência Brasileira da COP30 no último dia do evento. Acessível neste [LINK](#).



A falta de políticas públicas que valorizem a agroecologia e as tecnologias sociais tradicionais agrava ainda mais essa situação, expondo a sociobiodiversidade a riscos irreversíveis. Nossos sistemas alimentares tradicionais, que compõem 30% da produção agrícola no Brasil, são invisibilizados por políticas públicas que privilegiam o agronegócio em larga escala. Ao mesmo tempo, empreendimentos de transição energética avançam sobre nossos territórios sem consulta livre, prévia e informada, violando direitos humanos e agravando conflitos socioambientais.

Diante desse cenário, a COP30 representa uma oportunidade histórica para transformar promessas em ações concretas. Não aceitamos mais ser tratados como vulneráveis ou meros beneficiários de políticas assistencialistas. Somos agentes centrais na governança climática, e nossas demandas devem ser incorporadas não apenas nos discursos, mas nos planos nacionais e acordos internacionais. A justiça climática só será alcançada quando nossos direitos territoriais forem garantidos, nosso conhecimento ancestral for valorizado e nossa participação nos espaços de decisão for efetiva e autônoma.

Por isso reivindicamos:

1. DIREITOS TERRITORIAIS: GARANTIA IMEDIATA

DEMANDAS PARA OS GOVERNOS NACIONAIS:

1. Avançar significativamente nos processos de reforma agrária para destinação de terras para povos e comunidades tradicionais como medida de desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
2. Garantir a segurança e proteção física e jurídica dos territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais, das lideranças defensoras de direitos ambientais e das comunidades locais;
3. Garantir a consulta livre, prévia e informada acerca da implantação de todo tipo de empreendimento que tenha impactos nos territórios tradicionais e nas comunidades;
4. Proteger os territórios tradicionais da exploração por mecanismos de mercantilização dos recursos ambientais, como o mercado de carbono;
5. Salvar os direitos de permanência dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios;
6. Integrar as metas de demarcação de Terras Indígenas, reconhecimento de territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, titulação de Territórios Quilombolas e proteção territorial em compromissos e estratégias nacionais (NDC, políticas de proteção à biodiversidade, Plano Clima e políticas afins);
7. No Brasil, editar o Decreto Presidencial proposto pelo CNPCT acerca dos marcos regulatórios para os territórios tradicionais dos 26 segmentos de PCTs, (para além de Povos Indígenas e Quilombolas);
8. No Brasil, concluir a construção e implementar o Plano Decenal de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais, que está sendo construído no âmbito do CNPCT.



DEMANDAS PARA AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS:

9. Reconhecer a demarcação de Terras Indígenas como política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
10. Identificar, reconhecer, regularizar e legalizar os territórios e territórios autodeclarados por Povos e Comunidades Tradicionais como ação climática e medida de reparação histórica;

DEMANDAS PARA A FILANTROPIA:

11. Financiar mecanismos autônomos de monitoramento territorial para fiscalizar os acordos assinados de terras destinadas;
12. Apoiar ações judiciais contra leis regressivas (como o "marco temporal" no Brasil);
13. Promover formação política e tecnológica de jovens indígenas e tradicionais em relação a políticas territoriais e que servem à proteção do meio ambiente (como no Brasil, o CAR e a Plataforma de Territórios Tradicionais).

2. FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DIRETO

DEMANDAS PARA OS GOVERNOS NACIONAIS:

1. Destinar ao menos 40% dos recursos climáticos diretamente a organizações reconhecidas, fundos e outros mecanismos de acesso a recursos geridos por Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais e viabilizar a fiscalização inclusiva da destinação dos recursos;
2. Reconhecer a capacidade dos PIPCTs de realizarem a gestão de financiamento climático;
3. Criar linhas de financiamento específicas para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais em fundos climáticos sociobioeconômicos nacionais, com processos adaptados à diversidade de realidades e equidade de gênero;
4. Apoiar financeiramente iniciativas comunitárias de valorização da identidade, juventude, gênero e sociobiodiversidade dos PIPCTs por meio dos fundos autogeridos por PIPCTs já existentes ou que venham a ser criados;

DEMANDAS PARA AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS:

5. Considerar na arquitetura financeira da UNFCCC as organizações indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais e seus próprios mecanismos financeiros, incluindo os fundos indígenas e de Comunidades Tradicionais já existentes, para destinação de recursos voltados às ações climáticas de mitigação, adaptação e perdas e danos
6. Fomentar a capacitação e formação inclusiva para as juventudes e mulheres sobre a gestão de financiamento climático direcionado às comunidades;
7. Desburocratizar o acesso a recursos financeiros para financiamento direto das organizações de PIPCTs em fóruns internacionais (como o GCF), através de regras simplificadas para projetos comunitários;



8. Reconhecer a segurança territorial como base para proteção climática e criar linhas específicas de financiamento climático para acelerar as políticas de demarcação, regularização fundiária e proteção territorial;

DEMANDAS PARA A FILANTROPIA:

9. Financiar e apoiar (logística e recursos humanos/técnicos) a capacitação, desenvolvimento e implementação de estratégias de gestão territorial e ações climáticas;
10. Oferecer apoio técnico para a criação e fortalecimento de fundos comunitários territoriais e o desenvolvimento e submissão de projetos aos fundos e outros mecanismos nacionais e internacionais de mobilização de recursos;
11. Adotar procedimentos administrativos e financeiros adaptados às realidades de PIPCTs.

3. SOCIOBIODIVERSIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO

DEMANDAS PARA OS GOVERNOS NACIONAIS:

1. Reconhecer o papel de PIPCTs como guardiãs e guardiões da sociobiodiversidade e do clima, respeitando os nossos modos de vida, línguas maternas, espiritualidades e saberes tradicionais e ancestrais;
2. Fortalecer as políticas públicas e os Planos de Manejo Sustentáveis e Agroecológicos dos Povos e Comunidades Tradicionais;
3. Incentivar arranjos produtivos de Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais;
4. Fomentar tecnologias direcionadas à Sociobiodiversidade adaptadas às realidades de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.
5. Fomentar a organização e participação da Juventude e de mulheres em processos políticos e na produção local, com linhas de financiamento específico para salvaguardar os conhecimentos tradicionais;
6. Fortalecer novos instrumentos financeiros para financiamento de economias da sociobiodiversidade que sejam uma alternativa para o não-endividamento das populações;

DEMANDAS PARA AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS:

7. Abarcar os saberes e fazeres da Sociobiodiversidade nos indicadores do Objetivo Global de Adaptação (GGA) para que reflitam práticas culturais e de gestão territorial indígenas e tradicionais como estratégias de adaptação e de resiliência ecossistêmica.
8. Incluir reconhecimento de soberania alimentar dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais nas negociações climáticas sobre segurança alimentar (Programa Sharm el-Sheikh, entre outros);

- 
9. Incluir no programa de trabalho de transição justa sistemas alimentares, promovendo a produção local e o incentivo à sociobioeconomia, considerando práticas de manejo e produção sustentáveis, como as já exercidas por PIPCTs;

DEMANDAS PARA FILANTROPIA:

10. Financiar arranjos produtivos da sociobiodiversidade, apoiar iniciativas de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (como bancos comunitários de sementes tradicionais, atividades agroextrativistas etc.), garantindo remuneração justa pelas práticas sustentáveis.
11. Financiar pesquisas que integrem saberes tradicionais e ciência, garantindo remuneração para representantes PIPCTs que participam nas pesquisas.

4. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM DIREITOS

DEMANDAS PARA OS GOVERNOS NACIONAIS:

1. Vetar a mineração, a exploração de combustíveis fósseis, hidrelétricas e qualquer empreendimento com impacto nos territórios indígenas e tradicionais e exercer maior controle sobre projetos que possam afetar direta ou indiretamente PIPCTs;
2. Vetar a exploração energética em regiões habitadas por povos indígenas e comunidades tradicionais isoladas e por povos de recente contato;
3. Garantir o direito à consulta livre, prévia e informada segundo protocolos próprios dos PIPCTs e suas organizações, incluindo o direito de vetar projetos e empreendimentos em seus territórios com posse tradicional sem processo administrativo iniciado ou com processo administrativo iniciado porém ainda sem decisão;
4. Promover a reparação por empreendimentos e projetos energéticos já em vigor, respeitando os direitos tradicionais dos PIPCTs e preservando integralmente seus modos de vida;
5. Criar, promover e garantir espaços de participação social dos PIPCTs para monitoramento e fiscalização de políticas energéticas;
6. Capacitar PIPCTs, com ênfase na juventude e em gênero, para monitorar e fiscalizar a exploração de combustíveis fósseis;
7. Priorizar energias renováveis comunitárias, respeitando a governança de PIPCTs, apoiando micro-redes de energias renováveis geridas por comunidades como estratégia de descentralização.

DEMANDAS PARA AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS:

8. Vetar o uso de combustíveis fósseis em territórios de PIPCTs;
9. Respeitar a consulta livre, prévia e informada nas decisões referentes à Transição Energética Justa;
10. Garantir a reparação por empreendimentos internacionais já em vigor;
11. Promover a capacitação a nível global para monitoramento da exploração de combustíveis fósseis.



DEMANDAS PARA A FILANTROPIA

12. Criar fundo ou linhas específicas de financiamento em estruturas financeiras já existentes para promover a autossuficiência energética comunitária.
13. Investir em projetos de energia renovável comunitários;

CONCLUSÃO

A COP30 não será legítima sem nossa presença e representação. Nós, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, somos guardiões ancestrais da Terra, detentores de saberes milenares que mantêm florestas em pé, rios vivos e o clima em equilíbrio. Enquanto o mundo industrializado destrói, nós protegemos: nossos modos de vida, baseados em reciprocidade com a natureza, são a prova de que é possível viver sem explorar até a última gota de recursos. Nossos conhecimentos ancestrais não são alternativas – são a base para uma governança climática global verdadeiramente efetiva e transformadora.

Por isso, demandamos:

1. Assegurar a participação de PIPCTs em espaços de tomada de decisão na COP, com espaços de fala em trilhas de negociação específicas (transição justa, adaptação, programa Sharm el Sheikh de agricultura, financiamento climático)
2. Garantir a ocupação efetiva de um dos três assentos da Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais (LCIPP) por Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.
3. Garantir 1280 credenciais para participação e representação na zona azul (1.000 credenciais para povos indígenas globalmente, sendo 500 representantes PI brasileiros, e 280 para Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil).
4. Oferecer apoio financeiro e logístico para participação de 780 representantes de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil na COP30.
5. Apoio financeiro e logístico para os espaços de PI e PCTs na COP30, como a Maloca Indígena e o espaço da Cúpula dos Povos;

A COP30 em Belém é uma oportunidade histórica para o Brasil liderar a agenda de ação e combate à mudança do clima com a lente da justiça climática. Reivindicamos que os governos cumpram seus compromissos perante os povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e da Bacia Amazônica e perante a comunidade internacional, e que a filantropia direcione recursos com transparência e urgência. Nossos povos não são apenas vulneráveis à crise climática – nós somos a solução. Seguiremos vigilantes, proteger nossas vidas e nossos territórios é o futuro de todos.

A RESPOSTA SOMOS NÓS!

NADA SOBRE NÓS SEM NÓS!

Energia limpa sim, mas não assim.

Temos muitas riquezas nos nossos territórios e somos guardiões e guardiões delas. O povo de fora está de olho nela e só o governo está decidindo sobre a nossa vida e territórios.



Assinam:



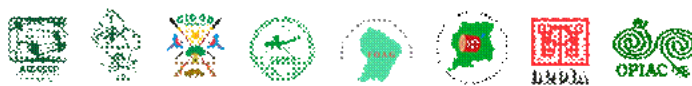
APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, organização que representa os mais de 300 Povos Indígenas do Brasil.



CONSELHO NACIONAL DOS
POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS - CNPCT

CNPCT: Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, organização que representa os 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

COP30



G9 Indígena da Bacia Amazônica: Articulação que representa as Organizações Indígenas dos nove países da Bacia Amazônica.